

Seminário Estadual de Conselhos: Sua Incidência em Políticas Públicas

Data e local: 11 e 12 de junho de 2013,

Local: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso – ADUFMAT / UFMT, Campus de Cuiabá.



Apresentação:

Com o objetivo de fortalecer a atuação das conselheiras e dos conselheiros na efetivação das políticas públicas e discutir práticas de incidência política (advocacy) de controle social, realizou-se dias 11 e 12 de junho, o seminário estadual de Conselhos.

Os objetivos Específicos do seminário foram:

- Contribuir com a qualificação dos/as conselheiros/as para a sua incidência política nos conselhos;
- Apresentar o estado de arte dos conselhos;
- Facilitar o diálogo entre os/as conselheiros/as dos diversos conselhos;
- Levantar elementos para mapear a regulamentação dos conselhos de políticas públicas do Estado;
- Contribuir para organização de um espaço de articulação dos/das conselheiros/as.

O Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), preocupado com a fraca incidência política dos conselheiros em questões de políticas públicas para fazer frente a problemas fundamentais à saúde e segurança alimentar, causados pelo

indiscriminado uso de agrotóxicos na produção de commodities, promoveu um Seminário Estadual de Conselhos. Desde modo respondeu-se à grande necessidade de capacitação dos/as conselheiros/as para terem uma atuação mais eficiente em sua atuação e, ao mesmo tempo, proporcionar um espaço de articulação entre os diversos conselhos e conselheiros entre si, para ter melhores chances de serem bem sucedidos em seu trabalho.

Participaram mais de 80 representantes de conselhos de âmbito municipal, estadual e nacional, num total de TRINTA E DOIS CONSELHOS, com a presença de 14 associações e entidades filiadas ao Formad, trabalhadores da saúde e organizações sindicais, professores (as) universitárias(os) e estudantes mobilizados para fortalecer a atuação dos conselheiros na efetivação de políticas públicas e discussão de práticas de incidência política no controle social em Mato Grosso.

Programação: Dia 11/06/2013:

08h00min – Abertura – Vídeo: Saúde e protagonismo popular

09h00min - **Mesa 1:** O estado da arte do controle social das políticas públicas.

Metodologia: Mesa redonda e debate a partir da atuação dos conselhos

- Conselho Estadual de Meio Ambiente – Consema: **Alice Thuault** (ICV)
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CEDDPH: **Roberto Vaz Curvo**
- Conselho Estadual de Saúde – **João Dourado**
- Comissão de Erradicação do trabalho escravo – Coetrae: **Inácio Werner** (CBFJ);
- Conselho de Segurança Alimentar – Consea: **Fátima Aparecida Moura** (Fase);
- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM-MT) –

Coordenação: **Caio** Bruno de Oliveira

12h00min - Almoço:

14h00min **Mesa 2:** Dialogando sobre democracia, participação e controle social.

- **Facilitadores:** Dr. Julio Müller, Herman Hudson de Oliveira, Paulo Lemos.
Coordenação: Haya Del Bel
- Debate

16h00min - Intervalo

16h30min – GTs: Como fazer uma atuação política nos conselhos de políticas públicas.

Coordenação: Márcia de Campos

Dia 12/06/2013:

08h00min – Como fazer uma atuação política nos conselhos de políticas públicas (plenária)

09h15min – Debate

10h00min - Intervalo

10h30min - Encaminhamentos:

12h30min - Avaliação e almoço

Abertura

João Inácio Wenzel e Márcia de Campos deram as boas vindas aos participantes e coordenaram uma dinâmica de apresentação por município presente. O vídeo: *Saúde e protagonismo popular* proporcionou uma amostra do alcance e importância dos conselhos na garantia de políticas públicas guiadas pela justiça social e ambiental.

Mesa 1: O estado da arte do controle social das políticas públicas.

Sob a coordenação de Caio Bruno de Oliveira, foi composta a primeira mesa redonda de abordagem do estado de arte dos conselhos.

- Conselho Estadual de Meio Ambiente – Consema: **Alice Thuault** (ICV)
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CEDDPH: **Roberto Vaz Curvo**
- Conselho Estadual de Saúde – **João Dourado**
- Comissão de Erradicação do trabalho escravo – Coetrae: **Inácio Werner** (CBFJ);
- Conselho de Segurança Alimentar – Consea: **Fátima Aparecida Moura** (Fase);
- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM-MT) –

Conselho Estadual de Direitos da Mulher- CEDM-MT

O Conselho está vinculado a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH/MT. Estamos lutando para implementar a paridade.

O conselho sofre ainda com poucos recursos e falta de estrutura; Não tem sede própria e nem recursos para andar pelo Estado, mas dando apoio às lutas das mulheres.

O Estado já participou de três conferências nacionais de políticas para as mulheres.

MT é o 9º estado da federação com maior índice de violência contra a mulher, e o ocorrido nessa semana, quando a juíza foi assassinada pelo marido que não aceitava o rompimento da relação, mostra que a violência contra mulher não escolhe posição social; Por isso a importância da Lei Maria da Penha e da Lei das Empregadas Domésticas como avanços significativos, porém é preciso manter a luta para a sua implementação, porque não basta criar as leis. Precisamos garantir condições para a sua efetivação.

Vamos disponibilizar o passo a passo para a criação dos conselhos municipais de direitos da mulher; Criar uma comissão, discutir quem vai compor, registrar tudo isso e, para se constituir efetivamente o Conselho, deve-se passar o projeto pela câmara dos vereadores;

Dia 30 de abril de 2013 reunimos os companheiros dos municípios para sensibilizá-los em relação à criação dos conselhos municipais de defesa da mulher nos municípios;

Conselho de Segurança Alimentar – Consea – Cidinha (Fase de Cáceres)

O conselho existe há sete anos. A participação da sociedade civil no debate da segurança

alimentar ainda é incipiente. O Conselho está alojado no espaço aonde os demais conselhos se encontram, mas que não dispõe de estrutura adequada para funcionamento. Não se aloca recursos para realizar as conferências de segurança alimentar, não temos computadores bons disponíveis; problemas de recursos humanos.

Ainda estamos pouco organizados, e temos a missão de debater a alimentação como direito humano, garantido na constituição. Há muita dificuldade de deslocamento para a participação no Conselho. As dificuldades se tornam ainda maiores por estarmos num Estado campeão no uso do agrotóxico.

Os representantes da sociedade civil nos conselhos precisam se unir para melhorar a sua atuação na temática da participação nestes espaços públicos.

- É importante construir aqui uma rede de contatos para poder disseminar essa discussão no interior;

- É também importante aproximar os conselhos do bolsa família para discutir a segurança alimentar e o acesso às políticas públicas como um todo. Vamos ter de nos aproximar, sobretudo, dos conselhos de monitoramento do bolsa família;

Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE. Expositor: Inácio Werner - Centro Burnier Fé e Justiça

Questiona a real participação da sociedade civil nos conselhos que decidem sobre as grandes políticas estaduais e nacionais.

O desafio foi mostrar para a imprensa que aqui em MT tem sim trabalho escravo, apresentando as vítimas do trabalho escravo. A partir dessa luta conseguiu pautar a questão do trabalho escravo junto ao governo do Estado, e assim criar o Conselho de Combate ao Trabalho Escravo.

A participação da CPT foi muito significativa neste processo de dialogar com a sociedade e com o governo. A mobilização da sociedade tem um papel muito importante. Fez com que houvesse alguns avanços importantes e surgimento de novos desafios. O Conselho tem um fundo que aloca milhões e deve ser aplicado em políticas de prevenção e de combate ao trabalho escravo em Mato Grosso. No entanto, a burocracia do estado é incapaz de fazer com que o recurso da COETRAE seja aplicado nas ações a que se propõe. O governo do estado, na prática, não tem nenhum compromisso com essa política.

O INCRA deveria estar participando, mas não está. Quem indica a representação é o fórum estadual contra o trabalho escravo. Este espaço é de constante enfrentamento e a COETRAE neste atual governo deixou de existir como atuante na incidência de políticas públicas; O ponto crucial, por exemplo, é quando o estado nomeia para a pasta da cultura alguém que está na lista suja do trabalho escravo;

Conseguimos fazer a pressão para expor isso e foi muito bom. Nossos documentos

chegaram à OIT e essa instituição já estava pensando em realizar o seminário de boas práticas na erradicação do trabalho escravo e foi retirado o seminário devido a pressão sobre o governador para que tire a pessoa de ficha suja na pasta da cultura.

Conselho Estadual de Meio Ambiente – Consema: Alice Thuault (ICV)

Apresentou um conteúdo onde explica vários momentos do processo de organização dos conselhos e que dispõe para todos os presentes.

Conselho Estadual de Saúde – CES. Expositor: João Dourado

Os/as conselheiros/as devem ter a compreensão de que a sociedade civil organizada está de outro lado da luta, porque do outro lado está quem disputa com a gente. Estamos jogando um jogo difícil que é o jogo contra as OSS e que é preciso ganhar esse jogo.

O CES se encontra funcionando em situação precária, não dispõe de assessoria técnica para análises e encaminhamentos das demandas da comunidade. O governo nega a estrutura adequada para o seu real funcionamento.

Debate

Caio: Há a necessidade de se apropriar das ferramentas do planejamento estratégico para que possamos traçar nossos planos de fortalecimento dos conselhos aqui presentes.

Profª. **Vânia**, do Sintep: No Conselho Estadual de Alimentação Escolar estamos avaliando as contas do Estado no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Mudou-se a prestação de contas que é agora feito por meio de um sistema, e não está sendo fácil acompanhar essa prestação de contas; a lei 11.147 traz que no mínimo 15% do orçamento tem de ser de produtos da agricultura familiar e isso não está sendo cumprido. Até hoje não vi municípios que tiveram a prestação de contas reprovadas e isso é grave, pois MT não está cumprindo os 15% de compra da agricultura familiar;

Teobaldo Witter, ouvidor de polícia, da Secretaria de justiça. Quero fazer uma reflexão política. Mato Grosso teve participação ativa nas conferências dos anos 1990. O Movimento Estadual de Direitos Humanos teve protagonismo na atuação pela criação das ouvidorias, com pressão do movimento popular. A criação da defensoria pública de Mato Grosso e o Plano Estadual dos Direitos Humanos, é um produto de onze conferências de Direitos Humanos, mas até o momento não foi implantado pelo governo do Estado. Nós temos uma secretaria de direitos humanos e não temos um plano de direitos humanos. Essa secretaria tem atuado de forma pontual, pragmática, mas não orienta suas ações com base num plano, seguindo as diretrizes do plano nacional de direitos humanos. Precisamos trabalhar também a questão da defensoria pública que está fragilizada, sobretudo, no interior quando os defensores, alguns deles, somem na quinta-feira e só retornam na terça-feira.

Duas questões: o conselho está em vias de criar uma parceira com a UFMT. 14 cursos de

extensão na área de Direitos Humanos para diversos municípios do estado; Estamos também planejando a Conferência Estadual de Direitos Humanos com o objetivo de elaborar o plano estadual de direitos humanos;

Ana Boabaid, trabalhadora do SUS aposentada e presidente do Neom, representante do CES: sou bastante otimista na perspectiva da democracia; temos que continuar sonhando com o nosso SUS. Temos muito já construído apesar de ainda termos um longo caminho pela frente; Destaco a atuação do CES no seu aspecto positivo, a votação contra as OSS revertendo a votação favorável que ocorreu no ano de 2011. Conseguimos, mesmo num grupo pequeno, segurar a privatização do Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Correa - Cridac, do hemocentro. Agora temos como desafio a renovação do ânimo, da juventude, no estímulo de participar nesses espaços de controle social. Temos no conselho, por exemplo, alguns conselheiros que participam esporadicamente, para votar de última hora e não participam das comissões, etc.

E acrescentou: está na agenda do Neom tentar uma vaga na representação junto ao conselho da mulher.

Jacildo, presidente do conselho municipal de saúde de Diamantino e coordenador de plenárias de conselho estadual de saúde: é preciso buscar a visibilidade dos conselhos nos municípios, no sentido de cooperação com a gestão, pois hoje a visão é de que o conselho atrapalha a gestão. Outro ponto é a capacitação dos conselheiros. Temos o Programa de Inclusão Digital - PID, o Sistema de Atualização dos Conselhos - SIACS, pois eles precisam se atualizar para existir de fato. A capacitação de conselheiros é fundamental para qualificar sua atuação;

Renato Fonseca, membro do conselho de políticas culturais do ministério da cultura, mestrando na área de patrimônio: Quero parabenizar equipe do Formad, pois essa discussão é importante. Quero colocar aqui a necessidade de buscar mais articulações no campo da cultura. Vamos discutir de forma articulada o patrimônio histórico e cultural de Mato Grosso, sobretudo, nesse momento da copa do mundo. É um desafio que temos. E uma das ações que temos desenvolvido junto ao conselho de educação é um processo de formação em educação do patrimônio cultural para implantar uma política de identificação das referências culturais e encontrar um mecanismo de estruturar os currículos escolares para abordar essa questão do patrimônio cultural.

Adriana, Conselho Estadual de Direitos da Mulher: faço aqui um apelo que cada um que está aqui no seu campo de atuação a se manifestar pelo cumprimento da lei Maria da Penha, onde puder se colocar que o faça em favor do cumprimento da lei que é um avanço importante nos direitos da mulher. É uma conquista que não podemos retroceder. Queria saber como que o conselho pode ajudar nessa situação, por exemplo, dos medicamentos com validade vencida?

Prof^a. Lú, da rede municipal e aposentada da rede estadual, atualmente cedida para a

SEJUDH/MT: Todos os Conselhos foram convidados para vir até o seminário que é tão importante. Proponho que este seminário ocorra mais vezes e com certa periodicidade. Amanhã acontecerá na câmara dos vereadores uma audiência pública sobre a revitalização da Salgadeira e sabemos que ali é um espaço de lazer das camadas mais populares e gostaria de saber do pessoal do Consema qual seria a posição de vocês sobre isso.

Marivanda – CES/MT: a sociedade não para. E os conselhos nem sempre conseguem acompanhar os desejos da sociedade. E como que se dá isso? Está tendo um vão entre conselho, sociedade e como ela se comporta. A sociedade quer uma coisa e o conselho rema contra a maré, num rebojo de rio que é um lugar aonde ninguém quer ir, pois se pode afundar. E acho que precisamos refletir sobre isso. Os conselhos são mesmo representados pela sociedade? Qual é a corrente desse rio que devemos buscar pra não cair nesse rebojo?

Luzemar - conselho educação no campo: quero colocar a questão dos conceitos de segurança alimentar e o de soberania alimentar que acho que é mais abrangente e quero convidar a Cidinha da fase pra refletir sobre isso. O plano nacional de educação também, da mesma forma que o de direitos humanos precisa ser aprovado;

- Aluna do qualiconselhos de Porto Alegre do Norte: quero saber mais sobre o conselho da segurança alimentar, pois lá na minha região, com a plantação de soja, no rio Araguaia morreram muitos peixes e ninguém tem a coragem de falar que pode ter sido o agrotóxico o responsável pela morte dos peixes; outro tema que quero saber mais é sobre o Conselho de direitos da pessoa humana, pois lá em Porto Alegre do Norte temos terras indígenas com muita gente que foi obrigada a ir pra cidade e hoje estão morrendo de diversas doenças e em depressão;

Edésio (flecha) – Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande: é preciso amarrar no orçamento municipal verba para manutenção dos conselhos; comprometimento dos conselheiros;

Prof. **Antônio Eustáquio de Moura** – UNEMAT/Cáceres, representante do movimento negro e articulador do movimento LGBT de Cáceres, relacionado ao movimento negro. Questiona a representatividade nos conselhos, daqueles que estão ocupando as vagas por anos a fio, e como fazer essa renovação? Retirar aqueles que estão a 3 ou 4 mandatos e não estão fazendo nada.

Suely Corrêa – CES/MT e ANEPS/MT: ficou claro aqui a necessidade de sair das caixinhas e dialogar com outras áreas, outros conselhos. Por isso é fundamental promover outros eventos como esse pra gente fazer com que os conselhos sejam mais atuantes, colocar-se na roda de diálogos com os outros.

Inácio, do fórum de direitos humanos e da terra. É importante a gente se organizar pra poder enfrentar os desafios, discutir as pautas previamente, se organizar para discutir

qual é a política que queremos e não ficar gastando nosso tempo em vão sem visão estratégica e clareza na organização das discussões das nossas pautas. E vamos juntos encontrando espaços e formas de organização; É importante sempre fazer uma análise de conjuntura antes de discutir as pautas;

Cidinha da Fase: nós que trabalhamos com agricultura familiar e é preciso fazer essa discussão junto a todos os conselhos. Nós avançamos em nível nacional, tem o programa nacional de alimentação escolar, e outros exemplos, mas ainda precisamos avançar muito. Ainda não conseguimos fazer aqui a discussão de soberania alimentar. Vivemos num Estado onde importamos nossa alimentação e exportamos aquilo que não consumimos. E volto a frisar a questão de garantir a representatividade do interior do Estado nos eventos que ocorrem na capital, pois é muito difícil garantir diária e passagem pelos municípios e temos mais dificuldades de participar das discussões.

João Dourado, da CUT: nossos adversários estão fora daqui. E temos claro que se queremos uma sociedade justa e igualitária temos que disputar a hegemonia e lutar pelos nossos projetos. Oxalá que nós pudéssemos estar em todos os espaços de disputa. Lei de 60 dias como limite para o atendimento de pessoas com câncer após o diagnóstico. É preciso ocupar todos os espaços de disputa de hegemonia

Mesa 2: Dialogando sobre democracia, participação e controle social.

Facilitadores: Dr. Julio Müller, Herman Hudson de Oliveira, Paulo Lemos. Coordenação: Haya Del Bel

Dr. Júlio Muller – ISC/NDS/UFMT

Há um deslocamento de sentido do termo participação social. Já na década de 1980, com as diretas já, que se denominou de participação popular. Na década de 1990, já não se tratava mais de direitos específicos, mas direitos de todos que passou a ser exercida por meio da institucionalização da luta. Esse deslocamento foi precedido de um grande debate sobre a participação ser exercida dentro do âmbito estatal. As conferências já existiam antes, foram criadas pelo governo Vargas, mas eram conferências de especialistas. A conferência da saúde foi aquela que foi incorporada pela constituição brasileira, que trouxe um conceito mais amplo de saúde, como fazendo parte da saúde o trabalho, o lazer etc., e não somente o tratamento da doença.

O Estado brasileiro é um Estado que mais tem autonomia administrativa no mundo, na realização das conferências e outros meios de participação. Os Estados (municípios) tem autonomia no exercício do poder local para dar respostas às suas demandas, através da população local por meio da descentralização das ações. Esses entes federativos (municípios) são os responsáveis pela contratação dos recursos materiais e humanos para oferecer políticas sociais de qualidade ao povo. Para isso, é preciso que o município tenha capacidade de articular suas ações envolvendo todas as instâncias públicas e

sociais do país. As conferências não foram criadas para dar palpites, foram criadas para deliberar. Os conselhos são deliberativos, mas, não tem poder vinculativos, porque tem diferentes públicos. Uma lei aprovada numa assembleia ou câmara municipal tem poder vinculativo por que tem uma obrigatoriedade de ser cumprida. As conferências cabem definir diretrizes e aos conselhos encaminhar para a efetividade junto ao poder público. Ou seja, o conselho tem o poder político, por isso tem que ter legitimidade nas suas ações, ou seja, base popular para propor e sustentar as suas proposições.

Na década de 1990, com a Conferência de 1988, não se tratava apenas da luta dos segmentos excluídos, mas sim uma luta pra garantir os direitos sociais constitucionais e agora a participação tem um formato diferenciado. As práticas de participação passam a ser viabilizadas por meio dos conselhos e conferências.

Havia um grande debate sobre se os movimentos sociais deveriam ou não participar dentro do âmbito da organização estatal. Hoje acho que esta discussão foi superada, mas precisamos ressaltar que a participação se dá não apenas no âmbito dos conselhos e conferências.

A autonomia dos municípios brasileiros é muito grande. Eles tem um conjunto de prerrogativas que influenciam muito na questão da participação social; são na realidade os executores das políticas públicas de um modo geral, e das políticas sociais em particular;

A descentralização é importante, mas também precisamos levar em conta a crítica de muitos autores em relação ao processo de descentralização que pode ocasionar a fragmentação das políticas; Estados e municípios são os entes federativos responsáveis pela contratação de pessoal que irá implementar as políticas.

O governo federal desde a Conferência de 88 ficou responsável pelo financiamento e formulação das políticas em âmbito nacional, porém, para desenvolver as políticas é preciso uma boa articulação entre todos os entes federados;

Na área da saúde as conferências e conselhos tem caráter deliberativo; está claro na lei 8.142/1990 que os conselhos na área da saúde são deliberativos, tem caráter deliberativo, porém, a deliberação dos conselhos não está vinculada a obrigatoriedade de cumprir a deliberação.

Cabe às conferências a formulação das diretrizes das políticas de saúde e aos conselhos a definição de estratégias, acompanhamento e fiscalização destas políticas;

Em 2005 foi feito um levantamento sobre os conselhos municipais de saúde, identificando-se um número de 5.000 e tantos conselhos de saúde municipais e mais de 70.000 conselheiros de saúde; um número expressivo. As entidades que participam sobretudo dos conselhos municipais são as associações de moradores, portadores de patologias diversas, e representantes de trabalhadores de saúde;

Em 2013 comemoramos 25 da constituição cidadã e é tempo suficiente pra constatarmos

a importância dos conselhos e conferências de saúde, pois essa participação criou no país, na área da saúde, uma cultura democrática de participação, ampliando espaços de vocalização das demandas dos segmentos que até então não tinham voz;

O modelo da participação social no Brasil é quase que único não havendo similar em outros países.

A questão é: será que existe igualdade de condições para debater os temas dentro dos conselhos de saúde? Igualdade de condições de participar dos debates nos conselhos?

Os conselhos são também espaços de explicitação de conflitos; é lógico que isso não se restringe ao setor saúde, mas ao sistema político brasileiro como um todo, que é permeado no Brasil por práticas clientelistas, autoritárias; Esse é um aspecto que interfere no desenvolvimento desses espaços de participação social;

Um grande desafio tem a ver com as práticas clientelistas, práticas de corrupção etc. que interferem.

Outro desafio é a questão da representatividade. Tem a representação delegada e a representação fiduciária defende não o que foi deliberado no colegiado mais sim o seu lado pessoal, até pode acontecer que defendam outras coisas, mas não é necessariamente a regra.

Temos também a discussão da democracia direta e participativa e democracia representativa. Leonardo Arvritzer faz uma classificação que facilita a compreensão dos modelos de representação:

Representação eleitoral - o que legitima essa representação é o processo de eleição que precisa ser limpa, lisura no processo; Advocacy - o que legitima a representatividade é a finalidade, a identidade do sujeito com as ideias que ele representa; A representação nos conselhos é uma mistura dos dois tipos anteriores;

A democracia requer a ampliação do conceito de representação para além do voto. Por exemplo: A mobilização das pessoas por meio das redes sociais, mobilizando a participação das pessoas no movimento político, isso é democracia participativa e não é restrita ao voto no período eleitoral; No Brasil exercemos pouco a chamada accountability que é a fiscalização e controle social sobre as instituições e políticos que elegemos.

3º desafio: a incidência dos conselhos nas políticas públicas, sua efetividade;

Essa influência existe, ela é grande, mas não é determinante. Tem a ver com o valor atribuído ao conselho e à conferência pelo gestor; os conselhos ficam mais ou menos fortes dependendo do peso político dos sujeitos que estão participando dos conselhos.

Há fragilidade dos mecanismos de prestação de contas; A governabilidade sobre o problema é um aspecto importante, pois, muitas vezes deliberamos sobre problemas cuja governabilidade está fora do nosso alcance;

Em Mato Grosso temos o movimento em defesa da saúde pública que não está representado nos conselhos, mas está sendo muito importante no debate feito no Estado sobre a implantação das OSSs, e tem influenciado o debate. Exemplo: foi fruto desse movimento que na conferência estadual de saúde reprovou-se o modelo de gestão por OSSs obrigando inclusive o CES a revogar decisão anterior que aprovava as OSS.

Paulo Lemos – ouvidor geral das Defensorias Públicas de Mato Grosso, Rede de Advogados populares, defensoria pública, fórum de direitos humanos e da terra.

A nossa democracia traz uma cultura milenar, onde se tem um sujeito que exerce o poder, baseado no patriarcalismo.

Democracia na Grécia antiga tinha um caráter de cidadania. Trata a comunidade como se fosse sua família e a coisa pública como se fosse sua. O modelo é de democracia direta.

A constituição Federal inclui alguns instrumentos de democracia direta, criando instâncias de controle estatal como o Conselho Nacional de Justiça.

No âmbito do controle social nascem os conselhos e conferências como instrumentos desse controle que podem ser deliberativo ou consultivo, e as ouvidorias, assim como o orçamento participativo. No âmbito do controle institucional temos o ministério público, o tribunal de contas, controladorias, etc.

É preciso atentar a proporcionalidade dos conselhos, sua missão e atribuições; articular-se com outros órgãos, a imprensa e a sociedade civil, e ter claro que a questão do controle social não pode ficar restrita a um único instrumento.

Falta um instrumento de controle popular para acompanhar o cumprimento dos compromissos feitos nas campanhas eleitorais milionárias.

Falta também uma cultura de participação popular, também com o envolvimento em casos de corrupção e falcatruas, o que faz com que as pessoas descreditem nas instituições do Estado.

Quanto ao assumir as responsabilidades dos compromissos na atuação, quando sofrer perseguições etc., a pessoa deve pensar antes de ir para o conselho. Se não vai dar conta de assumir as consequências do mandato, que deixe para outra pessoa assumir. Diante do assédio moral, deve fazer o enfrentamento com inteligência e sabedoria, senão as coisas vão continuar a acontecer sem que nada seja feito.

Do ponto de vista estratégico, do compromisso social, é preciso compreender que existe um sistema que precisa ser considerado e legitimado diante das forças políticas contrárias que existem e que temos que enfrentar.

Herman Hudson de Oliveira – Formad

Fez um retrospecto das falas daqueles que o antecederam: Dr. Julio, sobre a participação social, histórico dos conselhos e conferencias, e o Dr. Paulo, sobre a democracia na

história política e as dificuldades de se garantir a participação social nos espaços da democracia.

Segundo Carlos Rodrigues Brandão, na abertura do livro de educação popular, na sociedade a pessoa que exerce a representação, o sujeito que representa precisa ter uma responsabilidade enorme, pois ele fala em nome de uma legião que está atrás dele. É o peso do grupo sobre o indivíduo. As pessoas que estão dentro dos conselhos tem sobre si um peso muito grande, compromisso ético e político com aqueles que ele representa.

Princípios éticos devem se sobrepor as minúcias jurídicas.

A CPT entendia que o Consema era apenas um espaço de legitimação de políticas e não de discussão legítima de políticas, e por isso ficaram muito tempo fora desses espaços;

Precisamos nos preocupar em compreender os meandros jurídicos, nos instrumentalizar para ter uma ação positiva dentro dos conselhos;

Os espaços dos conselhos muitas vezes tornam-se meros espaços de legitimação das intenções dos governos. Mesmo quando existem as deliberações elas não se realizam para o povo, ou para os segmentos sociais que realmente precisam de políticas públicas eficientes e de qualidade, para resolver os problemas que lhes afetam a vida pessoal e comunitária.

Algumas perguntas para o debate:

Quais são as garantias de participação? Com que qualidade participamos nos espaços dos conselhos, para que a gente não fique nesses espaços apenas legitimando as políticas públicas que estão sendo ali deliberadas, mas tenha participar efetivamente?

DEBATES:

Representante do **MTmamma, CDM/MT**: nova forma de participação popular, o ativismo político e temos vivenciado isso, sobretudo, nas redes sociais. Fazemos campanhas educativas no face book, e temos tido um feedback muito grande das pessoas. Isso para mim é um dos sinais das outras vias de participação social e temos vistos outros movimentos também. Ex.: movimento dos simplistas. Foi aprovada a lei dos 60 dias, e a lei que autoriza a cirurgia de reconstrução da mama para as mulheres que fizeram a retirada da mama. E a minha pergunta é: como fazer com que essas políticas sejam cumpridas?

Padre Renato, do Biosaúde: abordou a questão dos conselhos de classe, do corporativismo, do CRM e CRFarmácia, relatando o processo a que ficou submetido por mais de 2 anos. Está organizando um movimento popular de políticas públicas na região norte de Cuiabá.

Alzita, do Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e do Meio Ambiente – Sisma/MT: trouxe a experiência do comitê em defesa da saúde pública, em defesa do SUS 100% público. Foram coletadas 36.000 assinaturas e o projeto de lei de iniciativa popular será

votado hoje à tarde na Assembleia Legislativa.

Ana Boabaid: o controle social não é vinculativo? Não tem obrigatoriedade? Então eu pergunto: é democrático?

E lembrando que a lei 150 do governo Maggi e 417 do governo Sinval, terceirizam tudo, todas as áreas.

Neuzo, Fetagri/Cáceres: precisamos olhar com mais carinho a medicina alternativa. Estou mais questionando pra gente poder desenvolver o raciocínio na direção da construção das políticas públicas.

Márcia de Campos, do Movimento Popular de Saúde – MOPS e do Conselho Estadual de Saúde MT: relato de sua trajetória na militância dentro dos conselhos, num primeiro momento como representante dos direitos humanos no conselho municipal de saúde. Repensar nossos processos de capacitação de conselheiros, é fundamental. Senão ficarão espaços empobrecidos, toda sua potência se perde nesse processo.

É preciso resgatar a possibilidade de ação política dentro dos conselhos. Este espaço não é da técnica, mas o de tomar o espaço por dentro dele. Essa percepção ainda é muito difícil de trabalhar com os nossos companheiros. Dialogamos muito sobre a técnica, a questão do planejamento, do financiamento, mas pouco dialogamos sobre o conselho como espaço de disputa de hegemonia, e de tomar o Estado por dentro dele. Conquistamos essa institucionalidade, mas não nos educamos para participar desses espaços numa perspectiva política.

Herman – ainda acredito na potência desses espaços. É claro que eles precisam ser revitalizados, mas, não podemos jogar fora o bebê junto com a água suja. Uma última coisa que gostaria de trazer para a roda é que precisamos retomar aquilo que nós chamávamos de formação política, crítica, para além da formação técnica. Precisamos repensar a formação de lideranças, num outro viés, de conhecimento não meramente técnico, mas político.

Paulo: agradece a participação e diz da felicidade em participar do evento pela gratificação em ver tantos conselheiros aqui nesse espaço.

Como fazer uma atuação política nos conselhos de políticas públicas

Foi dado o seguinte encaminhamento metodológico: Em pequenos grupos escrever um pequeno texto sobre o que significou pra nós tudo isso que ouvimos em relação aos desafios da participação social e do controle social. O resultado do trabalho foi o seguinte:

“É muito importante o controle social, o povo não conhece e por isso não reconhece sua importância. O povo tem que fazer a política junto. Fazer junto com o povo e não para o povo. Fortalecer a educação popular é fundamental. Vamos participar das conferências municipais de educação, meio ambiente, fazer os médicos cumprirem a carga horária, os

conselhos devem ser mais participativos, investir na comunicação interna e com a sociedade, fazer chegar as demandas das práticas integrativas e populares de cuidado, soberania e segurança alimentar.” (Grupo: Padre Renato, Jaqueline Siqueira, Suely Correia, Poliana).

“Hoje se fala muito em controle social, participação social, direitos humanos e das mulheres, questões ambientais, mas pouco está sendo feito para que estes direitos se efetivem de fato. Só que isto é resultado de uma sociedade desorganizada, que não faz sua parte e falta de compromisso dos políticos com o social. Portanto, devemos nos organizar em busca de novos rumos.” (Grupo São José do Xingu: Camila Feitosa, Monica, Neco)

“Pode-se observar a importância da participação efetiva do conselheiro nas políticas públicas no âmbito: municipal, estadual e federal. Respeitando os parâmetros e estabelecendo a prática do controle social.” (Pontes e Lacerda).

“É importante viabilizar recursos necessários a implementação de infraestrutura aos conselhos, fortalecendo desta forma a participação de conselheiros. Oportunizando a intervenção qualitativa”. (Cáceres e Quatro Marcos)

“Neste seminário observou-se que nem todos os conselhos estão satisfeitos. O de saúde está mais estruturado. Alguns tem sede e outros não tem muita estrutura. A grande questão não está no espaço, mas é preciso ter um mapeamento para monitorar e avaliar, e isso é necessário para propor políticas. Há dificuldades de participação por causa do deslocamento. Observa-se que o governo apoia alguns e outros não. O setor saúde tem recursos e da cultura está desestruturado. A ausência do apoio institucional para a participação.”

“Olhar o passado para compreender o presente e planejar ações possíveis de serem implementadas, tendo maior clareza de onde estão os nós a serem desatados.” (Sr. Neuzo da Fetagri de Cáceres)

Temos um vasto conhecimento herdado de nossos ancestrais que também estão se perdendo perseguido pelo modelo empresarial de saúde. E SUS que deveria potencializar a medicina alternativa da mesma forma esta sendo engolido; precisamos com urgência refletir melhor e tomar posição mais firme em defesa do SUS.

O conflito - publico x privado - tem passado despercebido. A mídia tem focado o desmando do Sistema Único de SAÚDE como sendo de responsabilidade única do Estado; não pretendo isentar o Estado da responsabilidade, porem a real situação não é a que está sendo apresentada. Vejamos: por um lado o SUS tem o dever de cuidar da saúde evitando que as pessoas fiquem doentes, fazendo uma boa atenção básica e cuidar dos doentes quando a prevenção não for capaz de evitar; por outro lado, o sistema econômico vê no SUS uma grande fatia do mercado e tem investido pesado na indústria farmacêutica. Produzem medicamentos (drogas) para todo gosto. Temos inúmeros

medicamentos de diversos laboratórios com a mesma composição, Só muda a embalagem e o nome fantasia. Estes não querem SAÚDE e sim a doença. Infelizmente grande parte dos nossos médicos tem seu diploma como investimento e querem faturar alto e de forma organizada boicotam a atenção básica do SUS ; Sabe-se que 70% dos doentes que ocupam leitos em Hospitais, se tivessem sido tratados a tempo (feito prevenção) não estariam lá; assim sendo qual é a prioridade investir na construção de hospitais para cuidar da doença ou investir em ATENÇÃO BÁSICA para cuidar da SAÚDE? E por que então não se investe o suficiente na ATENÇÃO BÁSICA? Porque toda esta pressão contrária à proposta de buscar 6000 médicos em outros países para atender na ATENÇÃO BÁSICA? Eu só encontro uma resposta: se isto acontecer o Sistema Único de Saúde sozinho dará conta da demanda e o empresariado sabe o que irão perder.

Temos necessidade de compreender melhor o SUS em toda a sua complexidade e entender também a forma de organização das corporações contrárias a ele; falo dos planos de Saúde, OSS, Hospitais e Clinicas particulares e outros, a fim de focar melhor a nossa luta.

- Necessidade de médicos de todos os setores no interior do estado;
- Precariedade no transporte de pacientes no interior;
- Falta de medicamentos nas distribuidoras do interior do estado;

Necessidade de apoio técnico para a agricultura familiar;

Falta de asfalto no interior, que causa diversos problemas para os pequenos municípios;

Excesso de uso de agrotóxicos, o que prejudica a natureza e inclusive a saúde das pessoas. (Denise de Cotriguaçu, Amanda de Cuiabá)

Mais suporte do conselho estadual para os conselhos municipais, construindo uma grande rede entre Estado e municípios, Isso diminuiria bastante a fragilidade dos conselhos municipais.

A população foi educada a não participar e não se envolver com as questões de políticas públicas. Hoje já se tem uma visão bem mais avançada sobre esses espaços de discussão.

A participação da sociedade e sua representatividade é muito importante para nortear o conselho nas políticas públicas, muito embora seja sabido que a maioria dos conselhos ainda funcionam de forma precária. Ex: lei de criação, regimento interno e estrutura física.

Discutir direitos humanos deve ser estudado com profundo conhecimento de causa para não fazer juízo de valor a grupos que se mobilizam em sociedade, pois todos os direitos devem ser respeitados, e principalmente considerar que a aplicação dos direitos humanos é para garantir os direitos humanos que ficam a mercê da conveniência da lei. (Cleber Pereira, Medeiros, Ana Paula e Ronildo).

Propostas de encaminhamento:

- Criar um observatório de participação e controle social das políticas públicas em Mato Grosso
- Realizar reuniões prévias dos segmentos para instrumentalizar a atuação da sociedade nos conselhos de saúde, no sentido de qualificar o debate das pautas que são colocadas nos conselhos.
- Fomentar os processos de formação de lideranças a partir da experiência de educação popular com protagonismo dos movimentos sociais;
- Elaboração de uma carta deste encontro que expresse o grito dos conselheiros e das conselheiras a ser incorporada no Relatório Estadual de Direitos Humanos;

Anexo 1: Declaração das(os) conselheiras(os) de políticas públicas do estado de Mato Grosso

NÓS, mais de 80 representantes de conselhos de âmbito municipal, estadual e nacional, num total de TRINTA E DOIS CONSELHOS, reunidos entre os dias 11 e 12 de junho de 2013 no Seminário Estadual de Conselhos promovido pelo Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), em Cuiabá, ressaltamos que o evento contou ainda com a presença de 14 associações e entidades filiadas ao Formad, trabalhadores da saúde e organizações sindicais, professores(as) universitárias(os) e estudantes mobilizados para fortalecer a atuação dos conselheiros na efetivação de políticas públicas e discussão de práticas de incidência política no controle social em Mato Grosso.

Durante o evento, as(os) conselheiras(os) destacamos as dificuldades que impedem a plena e efetiva participação social na discussão de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, cultura, soberania alimentar, direitos da mulher, direitos humanos, erradicação do trabalho escravo, políticas de educação no campo, agricultura familiar, preservação do patrimônio cultural entre outras. Tais dificuldades revelam a extrema fragilidade dos conselhos, pois representam um entrave na garantia do exercício democrático no estado.

Pontuamos que, em muitos casos, faltam recursos para assegurar estrutura física mínima, tais como sede própria e sua manutenção; recursos humanos, bem como investimentos nos processos de formação com protagonismo dos movimentos sociais. Tal formação objetiva que os conselhos sejam de fato representativos e influenciem a definição das políticas públicas.

Diante desta realidade, urge garantir igualdade de condições na participação dos debates dentro dos conselhos, da existência de enormes obstáculos ao imperativo de que é imprescindível pautar as agendas políticas das organizações da sociedade civil dentro desses fóruns.

Ressaltamos a importância em promover a igualdade de condições de debate, garantindo a legitimidade da representação da sociedade civil dentro dos conselhos. Para isso, devemos estabelecer vínculos sólidos entre as(os) conselheiras(os) e nossa base social, em defesa de um projeto de sociedade com justiça socioambiental. Este apelo é uma resposta aos recorrentes casos de cooptação das(os) conselheiras(os).

Confiantes no papel estratégico e fundamental dos conselhos em Mato Grosso para a construção da democracia, NÓS, representantes de conselhos e entidades presentes reafirmamos o compromisso na revitalização desses fóruns, para que os conselhos atuem propositivamente e não apenas legitimem deliberações de um governo visivelmente pautado por um modelo de desenvolvimento neoliberal e excludente.

Desta forma, convocamos o Estado para o cumprimento de sua responsabilidade na garantia do

funcionamento efetivo, livre e democrático dos conselhos e outros espaços públicos de participação popular.

Assinam:

- Comitê Interinstitucional Permanente de Educação do Campo
- Comitê Contra os Agrotóxicos e Pela Vida
- ABRASP
- ACADÊMICO DE SERVIÇO SOCIAL – UNIVAG
- ANEPS / CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
- ASS. MATOGROSSENSE DE PROTEÇÃO DA NATUREZA/ CMS-VG
- ASSOCIAÇÃO DE BAIROS/ CMS-VG
- CENTRO BURNIER FÉ E JUSTIÇA
- CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DOM MÁXIMO BIENNÈS
- CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS
- CES/MT
- CIPEC-EDUCAÇÃO DO CAMPO
- CMS (CÁCERES)
- CMS (DIAMANTINO)
- CMS (FELIZ NATAL)
- CMS (JAURU)
- CMS (N MUTUM)
- CMS (NS LIVRAMENTO)
- CMS (POCONÉ)
- CMS (PONTES LACERDA)
- CMS (RESERVA DO CABAÇAL)
- CMS (ROSÁRIO OESTE)
- CMS (SÃO JOSÉ DO XINGU)
- CMS DE QUERÊNCIA-MT
- CMS/ GESTOR LOCAL - PASTORAL DA AIDS
- COMTUP; CONDEMA (POCONÉ)
- CONDEMA E CONSEA (COTRIGUAÇU)
- CONS. ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS
-
- SINDSEMPA
- SISMA/MT
- SMS (PONTAL DO ARAGUAIA)
- SMS/CONSELHO (GUARANTÁ DO NORTE)
- TRABALHADORES (SANTO ANTONIO DO LESTE)
- TRABALHADORES EM SAÚDE (SJ QUATRO MARCOS)
- UNEMAT
- UNIVAG
- CONS. MUN. DOS DIREITOS DAS MULHERES (PRIMAVERA DO LESTE)
- CONSEA
- CONSELHO ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
- CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS
- CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER
- CONSELHO NACIONAL DE POLITICAS PUBLICAS
- COORDENAÇÃO FORMAD
- CPT/MT
- CUT/CES
- F. PIBLIVA
- FASE
- FORMAD
- HOSPITAL AMPARO (ROSÁRIO OESTE)
- ICV
- IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS (MADUREIRA – PONTAL DO ARAGUAIA)
- IGREJA CATOLICA (PORTO ALEGRE DO NORTE)
- INST. DE PESQ. E ECO. DO GRUPO SÓCIO AMAZÔNICO/ USUÁRIOS CMS
- ISC/UFMT
- MOPS
- MOVIMENTO LGBT/CÁCERES
- NEOM
- Opan/Formad
- SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (POCONÉ)
- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (PEIXOTO DE AZEVEDO)
- SEJUDH/SADH
- SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS / CMS

Anexo 2: Lista de Presença

	NOME	MUNICÍPIO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE
01.	Aciomar Marques Carvalho	Peixoto De Azevedo	Secretaria De Saude Seguimento Governo	saudepeixoto@gmail.com	
02.	Adilson Gomes De Campos	Poconé	Presidente Do Conselho Municipal De Saúde	adilsongoca@hotmail.com	(65) 9985-4229
03.	Adriana Catelli Correa	Cuiaba	Conselho Estadual Dos Direitos Da Mulher	acatelli2013@gmail.com	9225-2633
04.	Alice Twault	Cuiaba	Icv	alice@icv.org.br	3621-3148
05.	Alzita Leão Ormande	Cuiabá	Ces/Mt Sisma/Mt	zitamond@yahoo.com.br	65-9684-1600
06.	Amancio Gomes De Arruda Eilert	Poconé	Conselho De Saúde	amancioga@globo.com	9646-2526
07.	Ana Maria Boaboid De Carvalho Couto	Jangada	Neom	tenda_anaboahait@hotmail.com	9928-0746
08.	Ana Paula Rodrigues Dos Santos Silva	Primavera Do Leste Mt	Cms/ Gestor Local - Pastoral Da Aids	paulinharodrigues14@hotmail.com	66 9658 4011
09.	Andreia Fanzeres	Cuiaba	Opan	andreia.fanzeres@gmail.com	65 84765620
10.	Antonio Eustaquio De Moura	Cáceres	Unemat Movimento Lgbt/Cáceres	eustaquiodemoura@yahoo.com.br	65 3223 22 42
11.	Aparecida Antonia De A. Prado	Rosário Oeste	Secretaria Executiva Do Cms	conselhosauderosariooeste@hotmail.com	(65)9907-1090
12.	Aurenice Lúcia Pinto	Cuiabá	Centro De Referência Em Direitos Humanos	aulucia@hotmail.com	9214-0553
13.	Caio Bruno	Cuiabá	Formad/Fase	caiobob@formad.org.br	8160-6303
14.	Camila Feitoza Da Luz	São José Do Xingu	Conselho Municipal De Saúde De São José Do Xingu	camila_feitoza2012@hotmail.com	66 81077132
15.	Carlos Jesus Ferreira De Oliveira	Pontal Do Araguaia	Sindsempa	carlosjesuspontalaraguaia@hotmail.com	66-92193690
16.	Claudinei De Souza Ferreira	Caceres	Usuário	soaz@ibest.com.br	9996-4704
17.	Clayton Chaves De Oliveira	Pontal Do Araguaia	Sms	claytonchaves_bg@hotmail.com	66 - 99002727
18.	Cleber Pereira Dos Santos	Sto Antonio Do Leste	Trabalhadores	csantossal@hotmail.com	6692839825
19.	Conceição Silva Lima	Porto Alegre Do Norte-Mt	Sisma/Mt	avodofelipe@hotmail.com	66) 84119071
20.	Cristiane Costa De Jesus		Centro Burnier Fé E Justiça	cristianecebs@hotmail.com	65 9917-8141
21.	Dejair Azambuja Martins	S. José dos 4 Marcos	Trabalhadores Em Saúde	dejair.martins@hotmail.com	(65) 9905 - 8892
22.	Denise Schütz Freitas	Cotriguaçu	Cons. Mun. De M. A. E Cons. Mun. De Seg. Alimentar E Nutricional	denise.freitas@hotmail.com	6635551303
23.	Edesio Francisco De Paula	Varzea Grande	Associação De Bairros/ Cms-Vg	edesioflecha@hotmail.com	3688-3645
24.	Edson Penha Mendes	Cáceres	Centro De Direitos Humanos Dom Máximo Biennés	edmendescdh@hotmail.com.br	65 96745142
25.	Elizabeth Fatima Flores	Cuiabá	Cpt	betecptmt@gmail.com	9927-6559
26.	Eusenir Aparecida Novaes Ribeiro	Primavera Do Leste	Cons. Mun. Dos Direitos Das Mulheres	zenir-pva@hotmail.com	66-9632-5380
27.	Euzemar Fátima Lopes Siqueira	Cuiaba	Cipec-Educação Do Campo	euzemar.siqueira@seduc.mt.gov.br	(65)3613-6444
28.	Fabiola De Souza Lacerda	Pontes E Laderda	Cons. Munc. Saúde	fabiolasouza_lacerda@hotmail.com	9909-2900
29.	Fatima Moura	Caceres	Fase / Consea	cidinha.fase@terra.com.br	6532234615
30.	Giselle De Almeida Costa	Cuiabá	Espmt	acgiselle@gmail.com	65-8426-4157
31.	Guilherme Da Silva Queiroz	Vg	Conselho Municipal Vg	terapeutaguilherme@gmail.com terapeuta@gmail.com	9967-1518

32.	Haya Del Bel	Cuiaba	Isc/Ufmt	hayadelbel@gmail.com	8137-2848
33.	Herman Hudson Oliveira	Cuiabá	Formad		
34.	Inacio Jose Werner	Cuiabá	Centro Burnier Fé E Justiça	inacio@centroburnier.com.br	3023-2959
35.	Ivana Maria De Almeida	Rosário Oeste	Cons. Munc. Saúde	ivaninha.anjo@hotmail.com	65 9903-4211
36.	Jacildo De Siqueira Pinho	Diamantino	Conselho Municipal De Saúde	siqueirapinho@gmail.com	6599575687
37.	Jane Faria Vanzzella	Reserva Do Cabaçal	Conselho Municipal De Saúde	janevanzzella@hotmail.com	65 99733447
38.	Janete Teresinha Dos Santos	Feliz Natal -Mt	Conselho De Saúde	jane_riboldi@hotmail.com	66 99978655
39.	Jaqueline Nunes De Siqueira	Cuiabá	Sisma	jaquelinesiqueira835@hotmail.com	8417-2563
40.	João Inácio Wenzel	Cuiabá	FORMAD	joainaciow@gmail.com	65 99894-4134
41.	João Luiz Dourado	Cuiabá	Cut/Ces	douradojl@hotmail.com	65-99623615
42.	José Anastácio Do Espírito Santo	Varzea Grande	Conselho Estadual De Alimentação Escolar De Mt	joseanastacio56@yahoo.com.br	3682 6275
43.	José Medeiros Vieira	Pontes E Laderda	Cms	medeirosmt20005@hotmail.com	
44.	Josue Valdemir De Alcantara	Caceres	Cms	jovalcantara@ibest.com.br	
45.	Juciel Ferreira Miranda	Cuiabá-Mt	Ass.Matogrossense De Proteção Natureza/ Cms-Vg	jucielmiranda@yahoo.com.br	92275450
46.	Juliana Aparecida Da Silva	Rosário Oeste	Conselho Municipal De Saude	jujunbs@hotmail.com	9626-6394
47.	Julio S. Hirbr Neto	Cuiaba	Isc/Ufmt	jullbrneto@gmail.com	8116-8386
48.	Júnior César Gomes Guimarães	Várzea Grande	Acad. Serviço Social - Univag	juhniocesar@hotmail.com	(65) 8124-0799
49.	Lauro Benedito Ciqueira		Conselho Direitos Humanos		
50.	Leidiane Dias De Souza Teixeira	Pontal Do Araguaia	Igreja Ass. Deus (Madureira)	leidianediassouza@hotmail.com	66-92095510
51.	Luzia De Lurdes Severo Lins	Cuiabá	Sejudh/Sadh	luh.lins@hotmail.com	9973-1313
52.	Márcia De Campos	Cuiabá	Mops/CES-MT	mardcamp@birturbo.com.br	9249 9278
53.	Marcia Lidia Coelho Da Silva	Nossa Do Livramento	Conselho Municipal De Saúde	marcialidia1@hotmail.com	99540570
54.	Marcia Pereira Miranda	Varzea Grande	Univag	marcia.pmr@gmail.com	65 9291-4711
55.	Maria Aparecida Martins Lima	Porto Alegre	F. Pibliva	conselhomunicipaldesaude@yahoo.com	66-8429-9770
56.	Maria Helena Da Silva De Andrade	Guarantã Do Norte - Mt	Sindicato Dos Servidores Públicos Municipais / Cms	helenagta@gmail.com helena365@gmail.com	(66) 99756949
57.	Mariane Cristina Da Silva	Alto Paraguai	Trabalhador Area Da Saúde	marianecrissilva@hotmail.com	(65)99856242
58.	Marivanda Inez R. Pereira Eilert	Cuiabá	Conselho Estadual De Saúde	marieilert.eilert@gmail.com	9952-8778
59.	Marli Keller		Coordenação Formad	marlikeller5@gmail.com	9971-6702
60.	Martha Isabel Pereira Matos	Cuiabá	Técnica Do Sus Aposentada	martha_araguaia@hotmail.com	(65) 9967 - 5814
61.	Monica Da Silva Rodrigues	São José Do Xingu	Conselho De Saude	monicaxingu@hotmail.com	66 81373901
62.	Necy Crisostomo Costa	São José Do Xingu	Conselho De Saude	necyccosta@hotmail.com	66 81378951
63.	Neilieny Pereira Da Silva	Pontal Do Araguaia	Sms	neilieny_silva@hotmail.com	66 - 92256317
64.	Paulo Cesar Moreira Santos		Cpt/Mt		
65.	Paulo Roberto Gonçalves	Cuiabá			9289-5144
66.	Polliana Alves Piagem	Porto Alegre Do Norte	Igreja Catolica	pollypiagem@hotmail.com	(66)8409-6257
67.	Raquel Pereira Vieira Rosa	Alto Paraguai	Trabalhador Da Area Da Saúde	raquel.vieira-@hotmail.com	(65) 99915771
68.	Reginaldo Silva De Araujo	Cuiabá	Isc-Ufmt	reginaldonilzo@uol.com.br	
69.	Renato Fonseca De Arruda	Cuiabá	Conselho Nacional De Políticas Publi Cas	renatofonsc@gmail.com	9625-1519

70.	Renato Roque Barth	Cuiaba	Abrasp	renatobarth@hotmail.com	9232-4314
71.	Rodrigo Gomes Vieira	Querência	Entidade Filantrópica/Usuário Cms De Querência-Mt	engenheiro.rodrigovieira@gmail.com	(66) 8401-5752
72.	Ronildo Nogueira De Sousa	Santo Antonio Do Leste	Trabalhadores	ronildo_nogueira@hotmail.com	6692147556
73.	Rosa Maria Morceli	Cuiabá	Conselho Estadual Dos Direitos Da Mulher	agricultura2mt@gmail.com	9965-0220
74.	Rosineia Conceição Leite	Pontes E Laderda	Cons. Munc. Saúde	rose_mj2009@hotmail.com	65 3266-4053; 9923-7244
75.	Roseli Pelinson	Guarantã Do Norte	Sms/Conselho	rosigta55@hotmail.com	669696231
76.	Silvana Novaes Ribeiro	Primavera	Conselho	silvananovaesribeiro@hotmail.com	66-9994-0763
77.	Stefanny Natacha Regis	Cuiabá	Instituto De Saúde Coletiva	stefannyregis@hotmail.com	(65)3661-1467
78.	Sueli Aparecida De Almeida	Matupá	Inst. De Pesq. E Eco. Do Grupo Sócio Amazônico/ Usuários Cms	jover_mtpa@hotmail.com	(66)96354640
79.	Suelyly Correa De Oliveira	Cuiabá	Aneps / Conselho Estadual De Saúde	suelycor@hotmail.com	8427-7418
80.	Teobaldo Witter	Cuiaba	Cons. Estadual De Direitos Humanos	twitter@bol.com.br	9962-4270
81.	Thays Oliveira Silva	Varzea Grande	Acadêmica De Serviço Social - Univag	thays_oliveira001@hotmail.com	(65) 92435271
82.	Tiago Henrique Souza Nobre	Cuiaba	Fisioterapia	tiago_nobre2@hotmail.com	065-9964-4264
83.	Tuanny K. S. Ramos	Cuiabá	Estudante	tkaren8@hotmail.com	9947-1545
84.	Urbano Ramos De Sene	Poconé	Secretaria Municipal De Meio Ambiente Comtup; Condema	urbanoramossene@yahoo.com.br	(65) 3345-1575
85.	Vagner Ferreira Pigo	Jauru	Conselho Municipal De Saúde	vaquinho_peg@hotmail.com	99962069
86.	Valeria Braguini	Reserva Do Cabaçal	Conselho Municipal De Saúde	braguini_07@hotmail.com	6599468342
87.	Vania Maria Rodrigues Miranda	Cuiabá	Conselho Estadual De Alimentação Escolcar	vaniamm2@gmail.com	9282-3234
88.	Vilma Françoso Sales Pavão	Nova Mutum	Conselho Municipal De Saúde	pavaovilma@terra.com.br	65-9651-8610
89.	Waldir Azevedo Ferreira	Rosário Oeste	Hospital Amparo	waldirazevedof@bol.com.br	(65)99027762
90.	Zenilde Maria Silva Santiago Lopes	Cuiaba	Conselho Estadual Dos Direitos Da Mulher	arsam@bne.com.br	65-9902-8525